



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL
6 SUPERINTENDENCIA REGIONAL

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009

MARÇO/2010



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL
6ª SUPERINTENDENCIA REGIONAL

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2009

Relatório de Gestão apresentado ao Tribunal de Contas da União como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 57/2008, da Decisão Normativa TCU nº 100/2009 e da Portaria TCU nº 389/2009.

São Paulo, 31/03/2010

MARÇO/2010
LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

RG – Relatório de gestão

IN – Instrução Normativa

DN – Decisão Normativa

TCU – Tribunal de Contas da União

CGU – Controladoria-Geral da União

Port. – Portaria

UJ – Unidade Jurisdicionada

...

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	6
A- CONTEÚDO GERAL.....	7
1. Identificação de Relatório de Gestão Individual.....	7
2. Gestão Orçamentária.....	Erro! Indicador não definido.
a) Responsabilidades institucionais.....	Erro! Indicador não definido.
I. Competência.....	Erro! Indicador não definido.
II. Objetivos estratégicos.....	Erro! Indicador não definido.
b) Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais.....	Erro! Indicador não definido.
I. Análise do mapa / plano estratégico da unidade ou do órgão em que a unidade esteja inserida.....	Erro! Indicador não definido.
II. Plano de ação referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão.....	Erro! Indicador não definido.
c) Programas sob a responsabilidade da unidade.....	Erro! Indicador não definido.
I. Relação dos programas e suas principais ações.....	Erro! Indicador não definido.
1. Dados Gerais do Programa.....	Erro! Indicador não definido.
2. Dados Gerais da Ação.....	Erro! Indicador não definido.
3. Informações significativas sobre a execução de cada ação no exercício.....	Erro! Indicador não definido.
a) Principais Resultados.....	Erro! Indicador não definido.
b) Principais Problemas.....	Erro! Indicador não definido.
c) Contratações e Parcerias.....	Erro! Indicador não definido.
d) Transferências.....	Erro! Indicador não definido.
II. Indicação das áreas da unidade responsáveis pela condução dos programas e das ações.....	Erro! Indicador não definido.
III. Considerações sobre o atingimento das metas físicas e financeiras.....	Erro! Indicador não definido.
d) Desempenho Operacional.....	Erro! Indicador não definido.
I. Evolução das receitas e despesas.....	Erro! Indicador não definido.
II. Indicadores de desempenho.....	Erro! Indicador não definido.
III. Análise do desempenho.....	Erro! Indicador não definido.
e) Programação Orçamentária.....	Erro! Indicador não definido.
I. Programação de Despesas Correntes.....	Erro! Indicador não definido.
II. Programação de Despesas de Capital.....	Erro! Indicador não definido.
III. Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência.....	Erro! Indicador não definido.
IV. Análise Crítica da programação orçamentária originária e adicional.....	Erro! Indicador não definido.
V. Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	Erro! Indicador não definido.
1. Análise Crítica das concessões e recebimento de créditos orçamentários por movimentação interna e externa.....	Erro! Indicador não definido.
f) Execução Orçamentária.....	Erro! Indicador não definido.
I. Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ.....	40
1. Despesas por Modalidade de Contratação.....	40
2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa.....	Erro! Indicador não definido.
3. Evolução de Gastos Gerais.....	41
4. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa.....	Erro! Indicador não definido.
5. Análise Crítica da gestão da Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ.....	Erro! Indicador não definido.
II. Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação.....	Erro! Indicador não definido.
1. Despesas por Modalidade de Contratação.....	Erro! Indicador não definido.
2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa.....	Erro! Indicador não definido.
3. Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa.....	Erro! Indicador não definido.
4. Análise Crítica da gestão da Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação.....	Erro! Indicador não definido.
III. Execução Orçamentária por Programa de Governo.....	Erro! Indicador não definido.

1. Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.....	Erro! Indicador não definido.
2. Análise Crítica da Execução Orçamentárias por Programa de Governo.....	Erro! Indicador não definido.
IV. Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ	Erro! Indicador não definido.
1. Análise Crítica da Execução Física das ações realizadas pela UJ	Erro! Indicador não definido.
g) Indicadores Institucionais	Erro! Indicador não definido.
3. Recursos Humanos	41
a) Composição do Quadro de Recursos Humanos	41
I. Composição e custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009	42
b) Demonstrativo dos contratos de terceirização de Área-fim no exercício de 2009	42
c) Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos.....	Erro! Indicador não definido.
d) Análise Crítica sobre a situação dos recursos humanos.....	Erro! Indicador não definido.
5. Pagamento de Restos a Pagar - Exercício de 2009.....	43
I. Análise Crítica sobre a gestão do pagamento de Restos a Pagar de exercícios	Erro! Indicador não definido.
6. Transferências	43
I. Análise Crítica sobre a situação da gestão das transferências vigentes no exercício e seus efeitos no médio e longo prazo.....	Erro! Indicador não definido.
11. Deliberações dos Órgãos de Controle	43
a) Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno	43
b) Relatório de cumprimento das deliberações do TCU	44
12. Informação quanto ao efetivo encaminhamento ao órgão de controle interno dos dados e informações relativos aos atos de admissão e desligamento, bem como aos atos de concessão de aposentadoria, reforma e pensão, exigíveis no exercício a que se refere o Relatório de Gestão, nos termos do art. 7º da IN/TCU nº 55/2007.	44
a) Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício.....	44
13. Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos, bem como sobre convênios, contratos de repasse e termos de parceria firmados estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria - SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008.....	45
14. Outras informações consideradas, pelos responsáveis, relevantes para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão.....	45
B- INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO	46
1. Declaração do contador responsável	46
5. Parecer da auditoria independente sobre as demonstrações contábeis	Erro! Indicador não definido.

INTRODUÇÃO

A 6ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal, do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, Órgão específico, integrante do Ministério da Justiça, a que se refere o artigo 2º, alínea “g” do capítulo II, do Artigo 1º, do Decreto nº 2802 de Outubro de 1998, tendo como finalidade essencial, o Policiamento e Segurança Pública nas Rodovias Federais, abrangendo fiscalização de trânsito, atendimento de acidentes, prestação de socorro a vítimas, controle e fiscalização sobre o transporte de produtos perigosos, serviços, e assegurar o livre trânsito de veículos e a segurança de autoridades quando em Rodovias Federais.

Demonstramos neste documento os resultados obtidos dentro das prioridades definidas pelo DPRF, a aplicação dos recursos, a eficácia e efetividade das ações dentro de nossa responsabilidade constitucional.

Este relatório traz o resultado de nosso trabalho no transcorrer do exercício de 2009, em prol da segurança pública, da cidadania, da preservação da vida e do patrimônio nas rodovias federais.

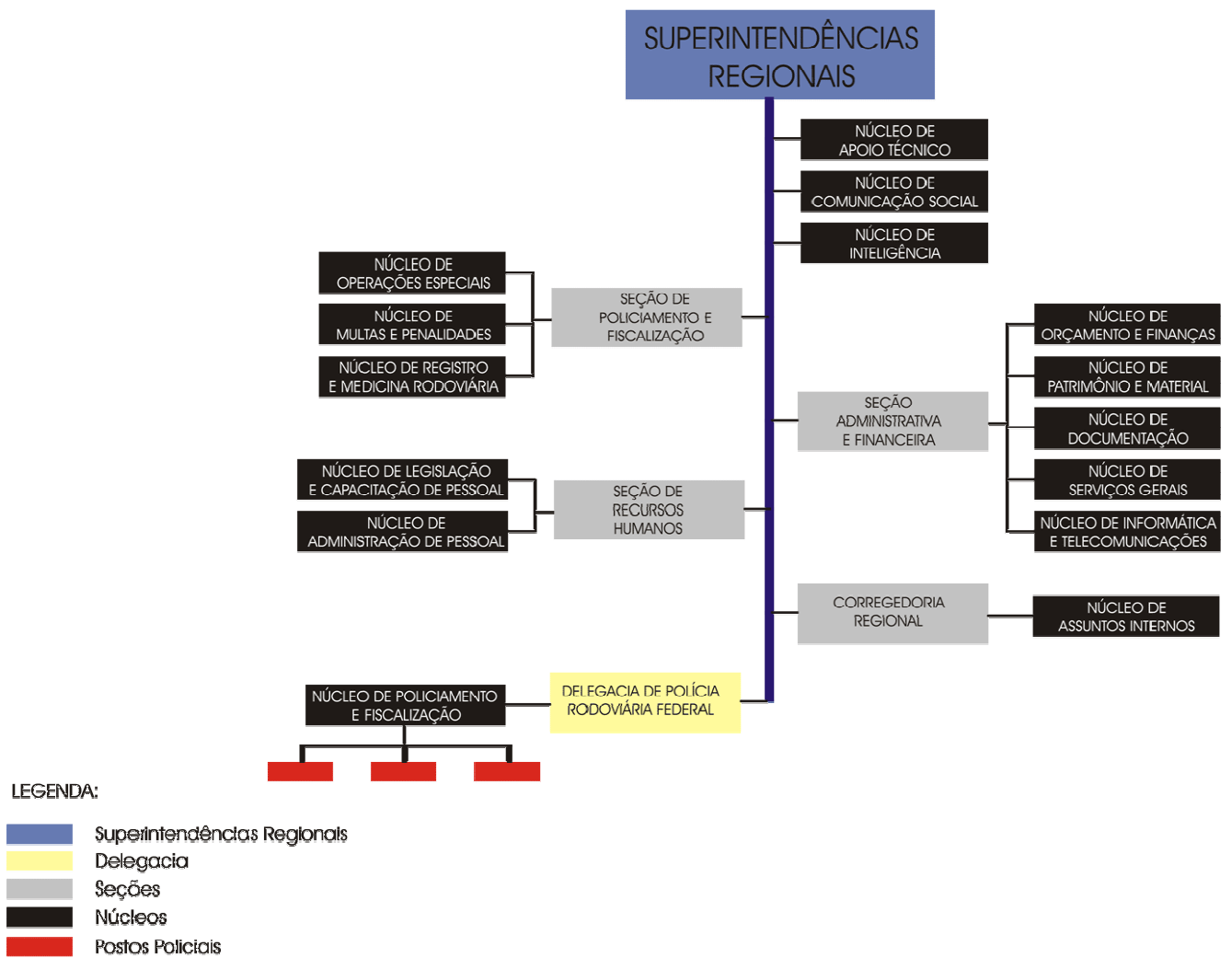
*JOÃO BOSCO RIBEIRO
Superintendente*

Conteúdo Geral

1.1 Identificação de Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça		Código SIORG:
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação completa: 6 Superintendência de Polícia Rodoviária Federal		
Denominação abreviada: 6 SR-SP/DPRF/MJ		
Código SIORG:	Código LOA:	Código SIAFI:
Situação: Em funcionamento		
Natureza Jurídica: Órgão da administração direta do Poder Executivo		
Principal Atividade: Segurança Pública, Policiamento e Fiscalização		Código CNAE: NÃO SE APLICA À NATUREZA JURÍDICA DA UJ
Telefones/Fax de contato:	11 27952300	
Endereço eletrônico: sup.sp@dprf.gov.br		
Página da Internet: www.dprf.gov.br		
Endereço Postal: Rua Ciro Soares de Almeida, 150 - Vila Maria – São Paulo/SP		
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada		
Competência definida pela Constituição Federal (Art. 144), pela Lei nº 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro), pelo Decreto nº 1.655, de 03 de outubro de 1995, e pelo Regimento Interno, constante do Anexo da Portaria nº 1.375, de 02 de agosto de 2007, do Senhor Ministro de Estado da Justiça, publicada no Diário Oficial da União de 06 de agosto de 2007.		

1.2 Estrutura Organizacional da 6ª SR-SP/DPRF/MJ



2. Responsabilidades Institucionais

As rodovias federais representam fator estratégico na aplicação de qualquer programa nacional, pois representam o elo de integração nacional realmente consolidado pela capilaridade da Polícia Rodoviária Federal presente em todo o país em contato direto e, principalmente identificado do Governo Federal com a população.

Os acidentes de trânsito representam prejuízos incalculáveis à economia e à sociedade brasileira, pois os componentes de conseqüências desfavoráveis de um acidente de trânsito interferem na saúde pública pelo alto índice de dispêndios governamentais com as vítimas, pela interferência na vida em família, pelos danos irreparáveis das vítimas, pelos prejuízos na população economicamente ativa, pelo prejuízo de cargas e veículos sinistrados, dentre muitos outros que compõem prejuízos que contabilizam, indubitavelmente, cifras de bilhões de reais além dos danos intangíveis e irreparáveis na vida social e familiar do cidadão.

Com uma ação mais efetiva para a redução das vítimas de acidentes, pode-se reduzir os gastos da previdência social e do sistema de saúde com inválidos e com atendimento aos acidentados em milhares de reais. Além do trânsito geral de veículos, é imperativo ressaltar a importância de ações focadas aos profissionais de transporte que fazem fluir quase a totalidade da produção e das riquezas de nosso país, pois é necessário prestar a assistência e a orientação de forma a que o serviço seja aperfeiçoado com o suporte da Polícia Rodoviária Federal, pois, atualmente, devido à insuficiência de recursos, esses profissionais estão praticamente abandonados no leito de nossas rodovias.

Há ainda necessidade de implementação de ações de segurança e educação de trânsito previstas pelo Código de Trânsito Brasileiro, pois a situação caótica do trânsito brasileiro somente será passível de reversão se forem adotados procedimentos de conscientização à população. Nesse aspecto, verificamos que, em decorrência dos erros dos objetivos estratégicos ocorridos nas décadas passadas, a Polícia Rodoviária Federal foi enfraquecida gradativamente na razão inversa ao crescimento da malha viária a ser patrulhada, ao acréscimo dos veículos em circulação, ao acréscimo dos condutores e pedestres em trânsito, ao crescimento da mercadoria em circulação e, conseqüentemente, ao alto crescimento da criminalidade. Esses fatores acabaram por contribuir de forma extrema com o fortalecimento desenfreado do crime em nosso País pela ausência de um poder fiscalizador efetivo nas nossas vias de ligação nacionais e internacionais, bem como do aumento da corrupção e da degradação dos serviços prestados pela Polícia Rodoviária Federal. Atualmente verificamos a situação da violência e da criminalidade urbana e rural eivando também as "artérias" de nosso país e assolando a população em patamares extremamente críticos. O Brasil possui cerca de 87% de seu transporte efetuado pelo modal rodoviário segundo os dados da

Confederação Nacional do Transporte - CNT, portanto é notável que, de uma forma ou outra, o crime também transitará e acontecerá na rodovia federal. Fica evidente também que os criminosos utilizam as rodovias para fugas, práticas delituosas, transporte de produtos e subsídios do crime, além de muitos outros. A situação-problema apresentada pelo cenário extremamente crítico da criminalidade é, em maior parte, ocasionada pela possibilidade de trânsito de materiais ilícitos e pessoas criminosas de uma local para outro em todo o País e, inclusive, no trânsito internacional.

O suporte logístico que financia e mantém o crime, embora possa chegar em portos e aeroportos, certamente transitará de uma forma ou outra por nossas rodovias federais, visto que a criminalidade não se sustenta ativa nesses locais - ela ocorre no seio de nossa sociedade. O simples aumento na ação de repressão nos locais de ocorrência da criminalidade não representa uma qualidade efetiva na ação do Estado, pois estará combatendo a consequência já instalada, sem uma ação que evite que a sociedade seja vitimizada por esses fatores, além do que o crime já estará interferindo na vida cotidiana da sociedade pelo combate entre polícia e criminosos, pois à medida que a polícia se reforça simplesmente para combater o crime, a criminalidade também se reforça para combater a polícia. Neste sentido, as ações focadas de combate à criminalidade nos grandes centros urbanos possuem certa efetividade momentânea e, normalmente, incipiente, pois, à medida que é realizado o combate ao crime em determinada localidade, as ações criminosas apenas migram para outro lugar de desenvolvimento. Portanto é necessária uma ação integrada de forma a combater o crime local e evitar que os criminosos possam transitar livremente por diversos pontos do nosso país em busca do local mais propício para o desenvolvimento de suas atividades.

Se por um lado possui programas de incentivo ao turismo, ao comércio e à integração nacional, por outro lado a grave situação de segurança pública nas rodovias federais afasta os turistas, os empresários, os transportadores e os elementos de integração de iniciativas que demandem o deslocamento por nossas vias nacionais pela simples sensação de insegurança proporcionada pelo alto índice de criminalidade e da insuficiente proteção promovida pela Polícia Rodoviária Federal em virtude da escassez de recursos materiais e humanos.

As características inerentes ao trânsito rodoviário favorecem demasiadamente a proliferação das ações criminosas e dificultam o combate a ser exercido, pois a facilidade de dispersão das informações referentes aos crimes pelo simples fato de que os dados referentes à ocorrência estarão distribuídos em inúmeras localidades. Criminosos de diversas localidades podem simplesmente "eleger" algum ponto da rodovia mais favorável de sua atuação, colocando à população sob permanente ameaça de uma ação criminosa. Outro fator se constitui na própria característica dos chamados crimes de trânsito, onde os veículos são utilizados como instrumentos para a execução de práticas delituosas, englobando, além dos crimes de trânsito, todo o crime configurado pelo transporte ilícito, como o tráfico de drogas e armas, o descaminho, o contrabando, o transporte irregular, dentre muitos outros.

Vários segmentos do crime podem ser combatidos de maneira otimizada nas rodovias federais pela inter-relação das ações criminosas, tais como os crimes de evasão fiscal e de divisas, o transporte ilegal de madeiras e animais silvestres, o trabalho escravo, a exploração sexual infantil (que se concentra às margens das rodovias), o tráfico de pessoas, o transporte de materiais irregulares e falsificados, etc. Os assaltos a cargas e passageiros em rodovias federais vêm crescendo a cada período, aumentando os valores do frete e do transporte com seguros, escoltas e

proteções adicionais que refletirão nos custos a serem repassados ao consumidor final de bens e serviços, aumentando o custo de vida e o impacto econômico da sociedade.

Outros fatores identificados da situação social do país e campo de atuação da Polícia Rodoviária Federal são as manifestações reivindicatórias das mais diversas formas, desde os movimentos para reforma agrária, passando pelas manifestações dos caminhoneiros, até reivindicações locais por demandas diversas da sociedade onde, freqüentemente, há o bloqueio de rodovias federais trazendo inúmeros prejuízos à população, bem como a necessidade da presença ostensiva do Estado caracterizada pela Polícia Rodoviária Federal no apoio à Sociedade nas situações de calamidade pública, como enchentes, queimadas e queda de barreiras e estradas. Por outro lado verificamos outro fator importantíssimo da constituição da segurança pública representada pela condição do trânsito de veículos e pessoas em nosso país. O foco de atuação deste programa está inserido em uma visão de real proteção ao cidadão proporcionada pelo braço identificado do Estado de forma preventiva aliada à necessária repressão do crime, ou seja, não se pretende o simplório atendimento da grave situação de segurança pública - é almejada a real segurança proporcionada pela supressão dos subsídios de reforço da criminalidade aliada a ações de inteligência policial com a execução de ações voltadas à prevenção e repressão ao crime organizado e ao tráfico de drogas.

As ações desenvolvidas nas rodovias federais deverão ser integradas com os demais órgãos da força de segurança pública e da sociedade em geral, em vista de que o transporte de materiais ilícitos e o trânsito de criminosos inevitavelmente estarão combinados com infrações nas áreas atinentes da polícia judiciária, do fisco, dos crimes transnacionais, do meio-ambiente, da sociedade comercial e das manifestações sociais em todas as esferas, dentre muitos outros.

A Polícia Rodoviária Federal é o único órgão de âmbito federal capaz de reduzir os graves parâmetros em que se encontra a situação da segurança pública de nossas rodovias federais e, em virtude de sua capilaridade por todo o território nacional, servir como articulador direto de operacionalidade de um plano nacional de segurança pública, pois é constituída de cerca de 500 unidades policiais e uma abrangência de ação de mais de 3500 municípios em todo o Brasil, bem como possui serviço direto, identificado e ininterrupto à sociedade durante as 24 horas do dia, 7 dias por semana, em todos os dias do ano. Além disso, a Polícia Rodoviária Federal possui a autosustentabilidade do órgão garantida por serviços prestados, arrecadação de multas e parcerias de cooperação técnica e financeira.

Os objetivos estratégicos definidos para 2009 foram:

- Atingir ou superar a meta de redução de acidentes em rodovias federais, estipulada em 26,50 acidentes por 10.000 veículos.
- Atingir ou superar a meta de redução de mortalidade em rodovias federais estipulada em 1,45 mortos por 10.000 veículos.
- Concluir e encaminhar projeto de reestruturação do DPRF ao MJ/MPOG
- Concluir e encaminhar projeto de lei orgânica do DPRF ao MJ/MPOG

2.2. Estratégias de Atuação

As principais estratégias da PRF no ano de 2009 foram :

- Aumentar as fiscalizações de alcoolemia, através da estipulação de metas de utilização de etilômetros a serem repassadas a cada regional;
- Aumentar as abordagens em veículos, através da estipulação de metas de fiscalização de veículos a serem repassadas a cada regional;
- Estabelecimento de metas de redução de acidentes e mortes para todas as regionais;
- Capacitação gerencial de todos os chefes de delegacia;
- Capacitação de todo efetivo nos módulos de Abordagens e Tiro
- Melhorias nos Sistemas Gerenciais de Informação e no Sistema de Inserção de dados de acidentes (BR Brasil);
- Implementar o projeto de Monitoramento de Viaturas;
- Maximizar a utilização de radares fotográficos em trechos críticos de acidentes;
- Execução das obras dos projetos de reforma de postos contratados em 2008;

2.3. Programas

2.3.1. Programa 1386 - Desenvolvimento Institucional da Polícia Rodoviária Federal

2.3.1.1. Dados Gerais

Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Prover a Polícia Rodoviária Federal de estrutura física e seus meios finalísticos de potencial laborativo, a fim de possibilitar a execução das tarefas operacionais destinadas à segurança pública
Gerente de programa	Hélio Cardoso Derenne
Gerente Executivo	Ricardo Max de Oliveira Pereira -CGPLAM
Indicadores ou parâmetros utilizados	Coefficiente de Adequação das Instalações Físicas
Público Alvo	Departamento de Polícia Rodoviária Federal e usuários de Rodovias Federais
4.1.1.2. Principais Ações do Programa	
11MC Construção e Ampliação de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal	
1821 Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal	
1835 Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação	
1D49 Construção de Edifício-Sede do Departamento de Polícia Rodoviária Federal	
7061 Aquisição de Veículos Especiais e Aeronaves para Policiamento da Malha Rodoviária	
4.1.1.3. Gestão das Ações	
4.1.1.3.1. Ação 1D49 Construção de Edifício-Sede do Departamento de Polícia Rodoviária Federal	
4.1.1.3.1.1. Dados Gerais	
Tipo	Projeto
Finalidade	Construção de um imóvel para instalação da Sede Central do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.
Descrição	Construção de um imóvel na cidade de Brasília-DF, com características que atendam as necessidades administrativas do DPRF, com área útil de aproximadamente 10 (dez) mil metros quadrados gerando condições de trabalho favoráveis aos recursos humanos da Unid

Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Planejamento e Projeto de Infra-Estrutura
Coordenador nacional da ação	GIVALDO MEDEIROS DA SILVA
4.1.1.3.1.1.2. Resultados	
Esta é uma ação exclusiva do DPRF não tendo resultado nas Regionais	
AÇÃO:11MC Construção e Ampliação de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal	
Tipo	Projeto
Finalidade	Prover a estrutura organizacional do DPRF, de instalações físicas e edificações aptas ao desenvolvimento de suas atividades laborativas, Atender as novas demandas da sociedade em Segurança Pública nas Rodovias, Estradas Federais e suas áreas marginais, ge
Descrição	Construção e ampliação de edificações que resultam diretamente no desenvolvimento das atividades da Instituição, com instalações modernas, seguras, representativas, funcionais que permitam a total integração entre todos os órgãos de Segurança Pública
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Planejamento e Projeto de Infra-Estrutura
Coordenador nacional da ação	GIVALDO MEDEIROS DA SILVA
Resultados:	
Relatar os resultados da regional nesta ação (Gestão de Modernização)	
AÇÃO:1821 Reforma de Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal	
Tipo	Projeto
Finalidade	Adequar as instalações físicas e edificações do DPRF aos conceitos e normatizações atualizados em segurança ergonômica e inclusão social, franqueando suas instalações ao acesso de deficientes físicos e portadores de deficiência motora.
Descrição	Adequação das estruturas físicas das Bases Operacionais e Unidades da Polícia Rodoviária Federal. Reformas dos espaços físicos existentes, adequando as necessidades do órgão, no que tange o desenvolvimento de sua atividade finalística e meio, considerando

Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Planejamento e Projeto de Infra-Estrutura
Coordenador nacional da ação	GIVALDO MEDEIROS DA SILVA
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	
Resultados:	
Relatar os resultados da regional nesta ação (Gestão de Modernização)	
AÇÃO:1835 Modernização dos Sistemas de Tecnologia da Informação	
Tipo	Projeto
Finalidade	Prover o órgão com sistemas de comunicação adequados à atividade fim. Proporcionar à sociedade acesso aos serviços e informações sobre rodovias, multas, processos e outros através da internet, correio eletrônico e outros meios tecnológicos disponíveis, ag
Descrição	Aquisição, reforma, instalação e manutenção de torres de comunicação e repetidoras (estações de reprodução dos sinais de rádio), ampliar e manter a rede de dados e de telefonia do órgão. Aquisição de equipamentos de rádio comunicação, telefonia e rede de
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Administração de Redes
Coordenador nacional da ação	RODNEY LOEFFLER RAMOS PORTILHO
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

Resultados:	
Relatar os resultados da regional nesta ação (Gestão de Modernização)	
AÇÃO:7061 Aquisição de Veículos Especiais e Aeronaves para Policiamento da Malha Rodoviária	
Tipo	Projeto
Finalidade	Adquirir veículos e aeronaves que garantam a logística de transporte necessária ao patrulhamento das rodovias e estradas federais, ao combate ao crime e ao resgate de vítimas.
Descrição	Aquisição de viaturas e aeronaves de resgate, motocicletas tipo policial e demais viaturas especiais que se façam necessárias ao bom funcionamento da Polícia Rodoviária Federal.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação Geral de Administração
Coordenador nacional da ação	FRANCISCO BRANDÃO DE OLIVEIRA
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	
Resultados:	
Relatar os resultados da regional nesta ação (Gestão de Modernização)	
4.1.2. Programa 0663 - Segurança Pública nas Rodovias Federais	
4.1.2.1. Dados Gerais	
Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Aumentar a segurança pública nas rodovias federais, mediante a repressão de ações delituosas e redução dos acidentes de trânsito
Gerente de programa	Hélio Cardoso Dernenne
Gerente Executivo	Alvarez Simões Filho
Indicadores ou parâmetros utilizados	Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais
Público Alvo	Usuários das rodovias e estradas federais e pessoas que residem às margens das rodovias federais
4.1.2.2. Principais Ações do Programa	
	2524 Capacitação do Policial Rodoviário Federal
	2723 Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais
	2C78 Acompanhamento Psicossocial de servidores do DPRF
	2816 Serviço de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal
	2B11 Monitoramento, Controle e Fiscalização Eletrônica da Malha Rodoviária Federal
	4290 Atividades de Saúde nas Rodovias Federais
	4526 Operações Especiais de Combate ao Crime nas Estradas e Rodovias Federais
	4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

4641 Publicidade de Utilidade Pública	
86A1 Processamento, Remuneração dos Departamentos Estaduais de Trânsito e Arrecadação de Multas Aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal	
4.1.2.3. Gestão das Ações	
4.1.2.3.1. Ação 2C78- Acompanhamento Psicossocial de Servidores do Departamento de Polícia Rodoviária Federal	
4.1.2.3.1.1. Dados Gerais	
TIPO	Atividade
Finalidade	Propiciar acompanhamento psicossocial aos policiais e aos servidores administrativos da Polícia Rodoviária Federal que demandem um atendimento especializado em decorrência da natureza de suas atividades profissionais, visando a superação de situações crít
Descrição	Desenvolvimento e manutenção de ações na área de psiquiatria, psicologia, e serviço social; promoção preventiva da saúde dos policiais e servidores administrativos, bem como aquisição de material permanente e estabelecimento de parcerias correlacionadas
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Saúde e Assistência Social
Coordenador nacional da ação	JANE MARGARETH CIARLINI GOULART DOS SANTOS
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	
4.1.2.3.1.2. Resultados	
Relatar os resultados da regional nesta ação	
AÇÃO:2B11 Monitoramento, Controle e Fiscalização Eletrônica da Malha Rodoviária Federal	
Tipo	Atividade
Finalidade	Garantir segurança aos usuários das rodovias federais, através da eliminação de pontos críticos por meio do monitoramento e fiscalização eletrônica de pontos estratégicos, exercendo o controle efetivo de velocidade, de forma a prevenir e reduzir gradativa

Descrição	Planejamento e execução dos projetos, tendo como base os pontos de maior índice de acidentes. Instalação de equipamentos de acordo com a Lei nº 9.503/97. Contagens volumétricas de trânsito, envolvendo os equipamentos e os instrumentos para levantamento de
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Modernização e Tecnologia
Coordenador nacional da ação	EDNILSON BRUNO SILVA DO NASCIMENTO
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	
Resultados:	
Relatar os resultados da regional nesta ação	
AÇÃO: 2524 Capacitação do Policial Rodoviário Federal	
Tipo	Atividade
Finalidade	Formar os quadros da Polícia Rodoviária Federal, habilitando os candidatos as atividades inerentes da Polícia Rodoviária Federal. Capacitar e qualificar os quadros da Polícia Rodoviária Federal, habilitando os servidores para o melhor desempenho de suas a
Descrição	Realização de ações diversas voltadas à formação dos candidatos habilitando-os as atividades da Polícia Rodoviária Federal. Capacitação dos policiais rodoviários. Custeio de eventos, pagamento de hora aula aos instrutores, orientadores e colaboradores eve
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais

Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação de Ensino/DPRF
Coordenador nacional da ação	Neemias Gonçalves de Carvalho
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	
Resultados:	
Relatar os resultados da regional nesta ação (Gestão de Capacitação)	
AÇÃO: 2723 Policiamento Ostensivo nas Rodovias e Estradas Federais	
Tipo	Atividade
Finalidade	Promover a segurança do trânsito (preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio) nas rodovias e estradas federais, bem como contribuir para a promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia.
Descrição	Execução de policiamento ostensivo preventivo diuturnamente, fiscalizando e controlando o trânsito; realizar Operações e Comandos Específicos de fiscalização do transporte de pessoas e bens (cargas); Intensificar o policiamento por ocasião das festas e fe Aquisição de uniforme, coldre, algemas, lanterna, capacetes, capa de chuva, luvas, coletes balísticos, coletes reflexivos, e demais equipamentos necessários a atividade. Abastecimento dos veículos e aeronaves com combustíveis e lubrificantes; manutenção e
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação Geral de Operações
Coordenador nacional da ação	Coraci Ricardo Fernandes Vieira

Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	
Resultados:	
Relatar os resultados da regional nesta ação	
AÇÃO:2816 Serviço de Inteligência da Polícia Rodoviária Federal	
Tipo	Atividade
Finalidade	Atuar, por meio de trabalhos de inteligência, na prevenção e combate a crimes ocorridos nas rodovias e estradas federais, especialmente no que se refere a assaltos a veículos, ônibus de passageiros e caminhões de carga, bem como encaminhar à Justiça pesso
Descrição	Coleta de informações, em toda a malha rodoviária federal, por policiais da Coordenação de Inteligência e Núcleos de Inteligência das Regionais, visando ao levantamento de dados que subsidiem o planejamento de ações de caráter ostensivo em pontos críticos
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação de Inteligência
Coordenador nacional da ação	JOSEMAR MONTEIRO BARROS
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	
Resultados:	
Relatar os resultados da regional nesta ação	
AÇÃO:4290 Atividades de Saúde nas Rodovias Federais	
Tipo	Atividade
Finalidade	Prestar atendimento pré-hospitalar e resgate emergencial às vítimas de acidentes, bem como demais atividades de saúde no âmbito das rodovias.

Descrição	Composição e manutenção de 156 equipes, distribuídas em 120 equipes de suporte básico de vida e 36 equipes de suporte avançado de vida, destinados a: atendimento pré-hospitalar e resgate, transporte inter-hospitalar, apoio de saúde a dignitários e a outro
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	DISAS/CGRH
Coordenador nacional da ação	MARCOS ANTÔNIO BASÍLIO DA SILVA ROCHA
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	
Resultados:	
Relatar os resultados da regional nesta ação	
AÇÃO:4526 Operações Especiais de Combate ao Crime nas Estradas e Rodovias Federais	
Resultados:	
Relatar os resultados da regional nesta ação	
AÇÃO:4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	
Resultados:	
Relatar os resultados da regional nesta ação	
Tipo	Atividade
Finalidade	Fortalecer o combate ao crime organizado e à criminalidade em geral.
Descrição	Realização de operações policiais e especiais para combater crimes como tráfico de drogas e de armas, roubo de cargas, valores e ao transporte de passageiros, contrabando, descaminho e pirataria, crimes contra a vida, exploração sexual infanto-juvenil, tr
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	DCC/CGO
Coordenador nacional da ação	GEOVANNI BOSCO FARIAS DI MAMBRO
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	
Resultados:	
Relatar os resultados da regional nesta ação	
AÇÃO:4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	
Resultados:	
Relatar os resultados da regional nesta ação	
Tipo	Atividade

Finalidade	Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
Descrição	Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas re
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Coordenação de Ensino
Coordenador nacional da ação	NEEMIAS GONÇALVES DE CARVALHO
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	
Resultados:	
Relatar os resultados da regional nesta ação (Gestão de Capacitação)	
AÇÃO:4641 Publicidade de Utilidade Pública	
Tipo	
Atividade	
Finalidade	Informar, orientar, avisar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais reais, visando melhorar a sua qualidade de vida.
Descrição	Coordenação, supervisão e classificação das informações de interesse do governo a serem veiculadas, bem como a contratação de realização de pesquisas de opinião, campanhas e ações publicitárias das ações governamentais, voltadas para a publicidade de util
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Assessoria de Comunicação Social
Coordenador nacional da ação	ALEXANDRE CASTILHO DE MOURA COSTA VIEIRA
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	
Resultados:	
Relatar os resultados da regional nesta ação	
AÇÃO:86A1 Processamento,Remuneração dos Departamentos Estaduais de Trânsito e Arrecadação de Multas Aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal	
Tipo	
Atividade	

Finalidade	Prover a estrutura administrativa do DPRF/MJ dos mecanismos necessários à autuação, processamento, notificações e arrecadação de multas aplicadas pela Polícia Rodoviária Federal em decorrência das infrações à legislação de trânsito e transporte.
Descrição	A ação é desenvolvida no sentido de fornecer o apoio administrativo e operacional, desde a autuação às infrações de trânsito e transporte, envolvendo a confecção de autos de infração e demais formulários necessários aos procedimentos administrativos, até
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	DMP
Coordenador nacional da ação	JOSÉ ROBERTO ÂNGELO BARROS SOARES
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	
Resultados:	
Relatar os resultados da regional nesta ação	
4.1.3. Programa 0750 - Apoio Administrativo	
4.1.3.1. Dados Gerais	
Tipo de programa	Apoio Administrativo
Objetivo geral	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos
Gerente de programa	Não Existe
Gerente Executivo	Não Existe
Indicadores ou parâmetros utilizados	Não Existe
Público Alvo	Governo
4.1.3.2. Principais Ações do Programa	
2000 Administração da Unidade	
2004 Assistência Médica e Odontológica aos Servidores,Empregados e seus Dependentes	

2010 Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	
2011 Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	
2012 Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	
09HB Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	
4.1.3.3. Gestão das Ações	
4.1.3.3.1. Ação 2000 Administração da Unidade	
4.1.3.3.1.1. Dados Gerais	
Tipo	Atividade
Finalidade	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
Descrição	Esta ação constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriada
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Planejamento Orçamentário-DIPLAN
Coordenador nacional da ação	Erinaldo Rodrigues Roberto
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	
4.1.3.3.1.2. Resultados	
Relatar os resultados da regional nesta ação	
Ação 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores,Empregados e seus Dependentes	
Tipo	Atividade
Finalidade	Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental.

Descrição	Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF e Unidades Regionais
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	DISAS/CGRH
Coordenador nacional da ação	MARCOS ANTÔNIO BASÍLIO DA SILVA ROCHA
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	
Resultados:	
Relatar os resultados da regional nesta ação	
Ação 2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	
Tipo	Atividade
Finalidade	Oferecer aos servidores, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes, conforme art. 3º do Decreto 977, de 10/11/93
Descrição	Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contracheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados que tenham filhos em idade pré-escolar conforme dispõe o Decreto 977/93.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Cadastro/DPRF
Coordenador nacional da ação	Alecsander Dias Tavares Reis
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	
Resultados:	
Ação de gestão exclusiva do DPRF, não havendo gestão de resultados na regional	
Ação 2011- Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	
Tipo	Atividade

Finalidade	Efetivar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e em
Descrição	Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados pú
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Cadastro/DPRF
Coordenador nacional da ação	Alecsander Dias Tavares Reis
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	
Resultados:	
Ação de gestão exclusiva do DPRF, não havendo gestão de resultados na regional	
Ação 2012- Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados	
Tipo	Atividade
Finalidade	Conceder o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou manutenção d
Descrição	Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia o auxílio-alimentação aos servidores e empregados ativos, de acordo com a Lei 9527/97, ou mediante aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou, ainda, por meio da manutenção de refeitóri
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF

Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Cadastro/DPRF
Coordenador nacional da ação	Alecsander Dias Tavares Reis
Resultados:	
Ação de gestão exclusiva do DPRF, não havendo gestão de resultados na regional	
Ação 09HB- Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	
Tipo	Atividade
Finalidade	Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.
Descrição	Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	DPRF
Unidades executoras	DPRF
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Divisão de Cadastro/DPRF
Coordenador nacional da ação	Alecsander Dias Tavares Reis
Resultados:	
Ação de gestão exclusiva do DPRF, não havendo gestão de resultados na regional	

2.4.2 Indicadores de Desempenho

Programa 0663

Sensação de Segurança

Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais

Programa 1386 Coeficiente de Adequação das Instalações Físicas

Programa 0750

Não há indicador

Nome, descrição e tipo do indicador ou parâmetro utilizado para avaliar o desempenho da gestão sob exame das contas.

Programa 0663

Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais – Número de mortes ocorridas em acidentes de trânsito nas rodovias federais no ano relativo à 10.000 veículos da frota nacional (efetividade)- responsável pelo cálculo: CGO

Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais – Número de acidentes ocorridos nas estradas federais no ano por 10.000 veículos da frota nacional (efetividade)-responsável pelo cálculo: CGO

Sensação de Segurança-Percentual de pessoas que se sentem seguras/ total da amostra (efetividade) - responsável pela pesquisa- CGO

Programa 1386 Coeficiente de Adequação das Instalações Físicas – Pretende-se medir a % de unidades com estrutura física, de dados e de comunicações (TI- Tecnologia da Informação) e de viaturas adequada (eficácia)

Fórmula de Cálculo: $I_{adq} = (\text{Unid. Adequadas} / \text{Total de Unidades}) \times 100$, responsável pelo cálculo : CGPLAM

2.4.3. Análise do Desempenho

PROGRAMA 0663

METAS FÍSICAS DO PPA PARA 2009

Taxa de Mortalidade: **1,45** mortos / 10.000 veículos

Taxa de Acidentes: **26,5** acidentes / 10.000 veículos

Sensação de Segurança: **73 %**

RESULTADOS ALCANÇADOS

Taxa de Mortalidade: **1,18** mortos / 10.000 veículos

Taxa de Acidentes: **25,44** acidentes / 10.000 veículos

Sensação de Segurança: Não aferido

Em uma visão geral a eficácia na redução de acidentes e mortes foram favoráveis em 2009(tabela abaixo):

Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais

Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais – Pretende-se medir percentagem de mortos do total de feridos de acidentes de trânsito (eficácia)

Fórmula de Cálculo: $I_m = (N^{\circ} \text{ Mortos} / N^{\circ} \text{ Vítimas}) \times 100$, responsável pelo cálculo: SPF

Taxa de Variação de Acidentes nas Rodovias Federais – Pretende-se medir a variação (positiva ou negativa) do número de acidentes em rodovias federais (eficácia)

Fórmula de Cálculo: $I_a = ((N^{\circ} \text{ Acidentes Ano Atual}) / (N^{\circ} \text{ Acidentes Ano Anterior}) - 1) \times 100$, responsável pelo cálculo: CGO

Obs: As fórmulas dos indicadores do programa 0663, foram readequadas no novo PPA 2008-2011

	Tx. De Mortalidade	Tx. De Acidentes
Meta 2009-PPA	1,45	26,5
Resultado 2009	1,18	25,44
Variação	-18,62%	-4,00%

Em 2009 houve uma redução na taxa de mortalidade 18,62 % maior do que a meta prevista e uma redução na taxa de acidentes de 4 % maior do que a meta prevista, lembrando que para estes indicadores, quanto menor, melhor.

Entendemos que o atingimento das metas foi possível devido à estratégia de estipulação de metas de fiscalização repassadas a todas as regionais, conforme a Portaria 30/DPRF. Em 2009 , trimestralmente foram realizadas reuniões com as regionais, cobrando o atingimento das metas de fiscalização. É provado que o aumento de fiscalização, principalmente fiscalização de alcoolemia tem influência direta na redução de acidentes e mortes.

PROGRAMA 1386

METAS FÍSICAS DO PPA PARA 2008: 68,33 % dos postos, considerados adequados.

RESULTADOS ALCANÇADOS: 65,35 % dos postos, considerados adequados

COEFICIENTE DE ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS

% de postos adeq. Fisicamente.....50,79 % (ver tabela em anexo)

% de postos adeq. quanto à Tecnologia da Informação.....60,06 % (ver tabela em anexo)

% de postos adeq. quanto a Viaturas.....85,2 % (ver tabela em anexo)

$$\text{Icaif}=(50,79+60,06+85,2) /3 = \mathbf{65,35 \%}$$

O indicador informa que 65,35 % dos postos da PRF estão adequados fisicamente. Praticamente não houve percepção de melhoria dos postos em relação à 2008, onde o índice ficou em 65,27 %.

Comparativo 2008/2009

% de postos adeq. Fisicamente..... 55,04 % (2008) 50,79 % (2009) --->piora

% de postos adeq. quanto à Tec. da Inf .. 67,99 % (2008) 60,06 % (2009) ----> piora

% de postos adeq. quanto a Viaturas.....72,78 % (2008) 82,20 % (2009) ----> melhora

Quanto aos fatores que levaram a uma redução do sub-índice % de postos adequados fisicamente, em relação à 2008, deve-se aos escassos recursos para obras no PLOA 2008. Foram empenhadas poucas obras no final de 2008, e no decorrer do ano de 2009 não houve a percepção de melhorias globais. Em 2009, apesar do recurso substancial destinado a obras, as mesmas só foram contratadas no final de 2009, e serão executadas em 2010, portanto, o resultado desta ação só será percebido na pesquisa do ano que vem.

Quanto aos fatores que levaram a uma diminuição do sub-índice % de postos adequados quanto à tecnologia. da informação, em relação à 2008, o principal motivo deve-se a escassa compra de computadores e impressoras para substituição de equipamentos ultrapassados nos postos e delegacias. Apenas no final de 2009 foi realizada uma grande compra destes equipamentos. Essa melhoria só será percebida na próxima pesquisa. A rede de dados foi item com pior avaliação. Em 2009 iniciou-se o processo para aumento de velocidade da rede nos postos. Em 2010 será realizado um contrato nacional para todos os postos com maior velocidade. Espera-se assim que na próxima avaliação este item tenha uma melhora significativa.

Quanto aos fatores que levaram um aumento do sub-índice % de viaturas adequadas, o principal foi a aquisição no final do ano de 2008 de mais 392 viaturas que foram entregues em 2009, melhorando a percepção do indicador neste sub-índice.

- Coeficiente de Adequação das Instalações Físicas

REGIONAL	NOME DOS POSTOS	POSTOS ADEQUADOS FISICAMENTE				POSTOS ADEQUADOS QUANTO A TI				POSTOS COM VIATURAS ADEQUADAS				INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES			
		ESPAÇO FÍSICO	ASPECTO EXTERNO	INSTALAÇÕES	INFRA-ESTR.	SOMA-POSTOS 1.4	EQUIP. INFORMÁTICA	REDE DRP/INTERNET	SISTEMA DE SÁDIO	SOMA-POSTOS 1.3	QUANTIDADE SUFICIENTE?	IDADE ADEQUADA?	SOMA-POSTOS 1.2	QUANTIDADE MÉDIA DE FOLGAS NA ESCALARIA 2008	MÉDIA DE VATURAS EM FUNICIONARIE RTO	QUANTIDADE DE MANUTENÇÃO NOS ÚLTIMOS 4 ANOS ? SIM/ NÃO	RECEBEU ALGUMA VIATURA PARA BOMBADEIRO DE VEÍCULOS E CERCADO ?
SP	POSTO 11	1	1	0	1	0,75	1	0	0	0,33	1	1	1,00	1	0	SIM	SIM
SP	POSTO 21	1	1	0	1	0,75	1	0	0	0,33	1	1	1,00	1	1	SIM	NÃO TEM
SP	POSTO 12	1	1	1	1	1,00	0	0	0	0,00	1	1	1,00	1	1	SIM	NÃO
SP	POSTO 13	1	0	0	0	0,25	1	0	0	0,33	1	0	0,50	1	1	NÃO	SIM
SP	POSTO 23	1	1	1	1	1,00	1	1	1	1,00	1	1	1,00	1	1	SIM	SIM
SP	POSTO 33	1	0	0	0	0,25	1	0	0	0,33	1	1	1,00	1	1	NÃO	SIM
SP	POSTO 14	1	1	0	0	0,50	0	0	0	0,00	1	0	0,50	1	1	SIM	SIM
SP	POSTO 24	1	1	1	0	0,75	0	0	0	0,00	0	0	0,00	0	0	SIM	SIM
SP	POSTO 34	1	0	0	0	0,25	0	0	0	0,00	0	0	0,00	0	0	SIM	NÃO
SP	POSTO 15	1	1	1	1	1,00	1	0	0	0,33	1	1	1,00	3	2	SIM	SIM
SP	POSTO 25	1	1	1	1	1,00	1	0	0	0,33	1	1	1,00	2	1	SIM	NÃO
SP	POSTO 35	1	1	1	1	1,00	1	0	0	0,33	1	1	1,00	2	1	SIM	SIM
SP	POSTO 16	1	1	0	0	0,50	1	0	0	0,33	1	1	1,00	3	1	SIM	NÃO
SP	POSTO 26	0	0	1	1	0,50	1	0	0	0,33	1	1	1,00	2	1	NÃO	NÃO
SP	POSTO 17	1	0	1	1	0,75	0	0	0	0,00	1	1	1,00	3	3	SIM	NÃO
SP	POSTO 18 - LAVRINHAS	1	1	0	1	0,75	1	0	1	0,67	1	1	1,00	3	2	S	NÃO
SP	POSTO 28 - APARECIDA	1	1	1	1	1,00	1	0	1	0,67	1	1	1,00	2	2	S	NÃO TEM
SP	POSTO 38 - SERRA	1	1	1	1	1,00	0	0	1	0,33	1	1	1,00	2	1	S	NÃO TEM
SP	POSTO 19	1	1	1	1	1,00	1	0	1	0,67	1	1	1,00	6	3	SIM	SIM*
SP	POSTO 29	0	0	0	0	0,00	0	0	0	0,00	0	0	0,00	0	0		
SP	POSTO 110	1	1	1	1	1,00	1	1	1	1,00	1	1	1,00	X	2	SIM	SIM
SP	POSTO 210	1	1	1	1	1,00	1	1	1	1,00	1	1	1,00	X	5	SIM	SIM
SP	POSTO 310	1	1	1	1	1,00	1	1	1	1,00	1	1	1,00	X	3	SIM	SIM
		91%	70%	61%	65%	72%	70%	17%	35%	41%	87%	78%	83%	65%			

- Programação das Despesas Correntes

Origem dos Créditos Orçamentários		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes		
		Exercícios						
		2008	2009	2008	2009	2008	2009	
LOA	Dotação proposta pela UO	1.664.593.373	1.959.165.733	0	0	340.817.518	288.700.814	
	PLOA	1.664.593.373	1.959.165.733	0	0	189.044.452	193.446.850	
	LOA	1.664.593.373	1.959.165.733	0	0	189.044.452	185.102.742	
CRÉDITOS	Suplementares		59.923.996	9.900.000	0	0	18.849.554	58.183.993
	Especiais	Abertos	0	0	0	0	0	10.000
		Reabertos	0	0	0	0	0	0
	Extraordinários	Abertos	0	0	0	0	0	0
		Reabertos	0	0	0	0	4.658.811	0
	Créditos Cancelados		0	0	0	0	-2.082.500	-6.385.000
Outras Operações		0	0	0	0	0	0	
Total		59.923.996	9.900.000	0	0	21.425.865	51.808.993	

Programação das Despesas de Capital

Origem dos Créditos Orçamentários		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Outras Despesas de Capital		
		Exercícios						
		2008	2009	2008	2009	2008	2009	
LOA	Dotação proposta pela UO	126.055.794	109.779.370	0	0	0	0	
	PLOA	31.008.548	26.633.400	0	0	0	0	
	LOA	55.560.388	48.483.400	0	0	0	0	
CRÉDITOS	Suplementares		16.811.828	34.485.000	0	0	0	0
	Especiais	Abertos	0	0	0	5.501.000	0	0
		Reabertos	0	0	0	0	0	0

	Extraordinários	Abertos	0	0	0	0	0	0
		Reabertos	230.754	0	0	0	0	0
	Créditos Cancelados		-20.100.368	-25.501.000	0	0	0	0
Outras Operações			0	0	0	0	0	0
Total			-3.057.786	8.984.000	0	5.501.000	0	0

Resumo da Programação das Despesas e Reserva de Contingência

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência		
		Exercícios						
		2008	2009	2008	2009	2008	2009	
LOA	Dotação proposta pela UO	2.005.410.891	2.247.866.547	126.055.794	109.779.370	0	0	
	PLOA	1.853.637.825	2.152.612.583	31.008.548	26.633.400	0	28.601.553	
	LOA	1.853.637.825	2.144.268.475	55.560.388	48.483.400	0	28.601.553	
CRÉDITOS	Suplementares		78.773.550	68.083.993	16.811.828	34.485.000	0	0
	Especiais	Abertos	0	10.000	0	5.501.000	0	0
		Reabertos	0	0	0	0	0	0
	Extraordinários	Abertos	0	0	0	0	0	0
		Reabertos	4.658.811	0	230.754	0	0	0
	Créditos Cancelados		-2.082.500	-6.385.000	-20.100.368	-25.501.000	0	0
Outras Operações		0	0		0	0	0	
Total		81.349.861	61.708.993	-3.057.786	14.485.000	0	0	

Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Despesas Correntes						
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Interna	Concedidos	200109 - DPRF		1.968.097.535		146.836.399
	Recebidos					
Externa	Concedidos	170009 - ESAF				6.250
		153103 - UFRN				627.433
		200006 - CGRH/MJ				11.528.481

	Recebidos	153978 - INEP				62.810
		200094 - CGOF/MJ				2.931.780
		200331 - FNSP				181.855
		257001 - FNS				3.358.295
		393001 - ANTT				5.666.159
Despesas de Capital						
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	4 - Investimentos	5- Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital
Interna	Concedidos	200109 - DPRF		14.329.642	5.501.000	
	Recebidos					
Externa	Concedidos	153103 - UFRN		232.268		
	Recebidos	110244 - FNCA		224.370		
		200094 - CGOF/MJ		8.874.975		

Despesas por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	Exercícios			
	2008	2009	2008	2009
Licitação				
Convite	1.011.349	473.819	324.739	137.732
Tomada de Preços	3.703.554	7.121.096	998.885	978.481
Concorrência	8.423.153	6.183.746	7.875.979	3.977.177
Pregão	123.591.218	114.136.904	85.580.077	86.983.704
Concurso	0	0	0	0
Consulta	0	0	0	0
Contratações Diretas				
Dispensa	34.157.856	46.313.878	27.309.960	36.229.868
Inexigibilidade	6.943.203	23.323.410	5.052.769	5.956.220
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	106.484	93.383	104.750	91.310
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	1.737.591.555	1.983.987.649	1.737.591.555	1.983.987.649
Diárias	9.876.644	17.640.263	9.876.644	17.640.263
Outros				

Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
1 – Despesas de Pessoal	S	S	S	S	S	S	S	S
01 - APOSENTADORIAS E REFORMAS	487.287.822	559.895.681	487.287.822	559.895.681	588.977	0	487.287.822	559.895.681
03 - PENSOES	123.905.539	146.258.364	123.905.539	146.258.364	1.124.071	0	123.905.539	146.258.364
08 - OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS	673.873	689.915	673.873	689.915	0	0	673.873	689.915
11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	878.890.551	1.004.340.578	878.890.551	1.004.340.578	427.996	0	878.890.551	1.004.340.578
13 - OBRIGACOES PATRONAIS	0	217.342.545	0	217.342.545	0	0	191.293.626	217.342.545
16 - OUTRAS DESPESAS VARIAVEIS - PESSOAL CIVIL	0	433.895	0	433.895	3.327	0	406.673	433.895
91 - SENTENCAS JUDICIAIS	31.100.428	32.950.573	31.100.428	32.950.573	51.236	0	31.100.428	32.950.573
92 - DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	2.570.600	209.036	2.570.600	209.036	12.984	0	2.570.600	209.036
Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
2 – Juros e Encargos da Dívida	S	S	S	S	S	S	S	S
1º elemento de despesa								

2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3- Outras Despesas Correntes	S	S	S	S	S	S	S	S
03 - PENSOES	74.122	112.305	71.389	112.305	2.732	0	71.389	112.305
08 - OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS	2.230.436	2.214.661	2.146.994	2.214.661	83.442	0	2.146.994	2.214.661
14 - DIÁRIAS	9.876.644	21.399.337	9.876.644	21.378.983	0	20.354	9.876.644	21.369.634
30 - MATERIAL DE CONSUMO	43.391.824	38.012.835	30.040.027	30.287.691	12.824.304	7.725.143	30.040.027	29.680.396
31 - PREMIAÇÕES CULT.,	9.410	0	0	0	0	0	9.410	
33 - PASSAGENS E DESP. COM LOCOMOÇÃO	3.452.671	3.184.614	3.180.743	2.749.176	271.928	435.439	3.178.566	2.749.176
35 - SERVIÇO DE CONSULTORIA	53.950	848.434	7.750	7.000	46.200	841.434	7.750	7.000
36 - SERVIÇOS DE TERCEIROS	1.545.408	2.902.198	1.514.474	2.817.193	4.726	2.878	1.514.474	2.817.193
37 - LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	27.353.180	30.404.307	25.788.465	27.192.755	1.564.715	3.211.551	25.776.597	27.189.634
39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS	82.647.104	91.105.822	68.680.028	73.732.984	13.967.076	17.372.838	64.673.052	73.656.338
46 - AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	16.063.940	15.827.126	16.063.940	15.827.126	0	0	16.063.940	15.827.126
47 - OBRIG. TRIBUT. E CONTRIB.	140.876	232.111	138.134	221.217	2.742	10.894	138.125	221.217
49 - AUXÍLIO TRANSPORTE	1.653.105	996.304	1.653.105	996.304	0	0	1.653.105	996.304
92 - DESPESAS DE EXERCÍCIO ANTERIOR	2.496.633	1.437.142	2.328.798	1.320.609	155.294	85.523	2.328.798	1.320.609

93 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	5.354.246	791.210	4.146.544	750.871	1.207.702	40.339	4.144.744	750.509
---	-----------	---------	-----------	---------	-----------	--------	-----------	---------

Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	Exercícios							
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
4 - Investimentos	S	S	S	S	S	S	S	S
30 - MATERIAL DE CONSUMO	0	27.839	0	0	0	27.839	0	0
39 - OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS	13.000	146.933	0	110.200	13.000	36.733	0	110.200
51 - OBRAS E INSTALAÇÕES	3.529.412	5.743.588	878.514	363.656	2.650.898	5.379.932	878.514	363.656
52 - EQUIP. E MATERIAL PERMANENTE	31.159.310	37.680.442	7.668.726	5.843.462	23.490.584	31.836.980	7.601.512	5.577.237
92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	7.458	0	7.458	0	0	0	7.458	0
5 - Inversões Financeiras	S	S	S	S	S	S	S	S
61 - AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	5.501.000	0	0	0	5.501.000	0	0	0
6 - Amortização da Dívida	S	S	S	S	S	S	S	S
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ

1. Despesas por Modalidade de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	2008	2009	2008	2009
Licitação				
Convite	146.950,26	-	146.950,26	-
Tomada de Preços	329.594,70	1.007.606,09	329.594,70	1.007.606,09
Concorrência	-	-	-	-
Pregão	3.882.364,41	5.284.612,27	3.771.327,85	5.009.197,31
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Contratações Diretas				
Dispensa	598.808,39	630.076,42	585.982,57	586.378,04
Inexigibilidade	261.868,95	210.050,87	256.335,55	192.831,03
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	17.701,50	28.024,19	7.209,31	11.220,21
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	-	-	-	-
Diárias	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-

- Evolução de Gastos Gerais

DESCRIÇÃO	ANO		
	2007	2008	2009
1. PASSAGENS	78.768,03	83.703,83	66.037,74
2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS	1.156.043,55	604.092,41	2.184.432,17
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	595.196,01	901.774,77	944.132,12
3.1. Publicidade	-	-	-
3.2. Vigilância, Limpeza e Conservação	387.895,28	686.466,88	713.338,80
3.3. Tecnologia da informação	543.633,50	40.293,07	132.220,00
3.4. Outras Terceirizações	207.300,73	215.307,89	230.793,32
4. CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL	5.105,67	7.216,06	11.220,21
5. SUPRIMENTO DE FUNDOS	-	-	-
TOTAIS	2.973.942,77	2.538.854,91	4.282.174,36

- Recursos Humanos

Composição do Quadro de Recursos Humanos

Composição do Quadro de Recursos Humanos			
Situação apurada em 31/12/2009			
Regime do Ocupante do Cargo	Lotação Efetiva	Lotação Autorizada	Lotação Ideal
Estatutários	586	-	--
Próprios	586	-	1000
Requisitados	-	-	-
Celetistas	-	-	-
Cargos de livre provimento			
Estatutários	-	-	-
Não Estatutários	-	-	-
Terceirizados	51	-	100
Total	637	-	1100

- Composição e custos de Recursos Humanos nos exercícios de 2007, 2008 e 2009

Finalidade	Conservação e Vigilância		Apoio Administrativo		Atividades de Área-fim		Estagiários	
	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.*	Custo
2007	26	388.980,00	12	207.400,00	0	0	63	200.094,36
2008	39	672.428,00	12	216.766,00	0	0	40	162.897,76
2009	39	707.518,56	12	221.574,88	0	0	58	246.081,64

- Demonstrativo dos contratos de terceirização de Área-fim no exercício de 2009

Nat.	Contra to	Empresa contratada (CNPJ)	Vigência do Contrato		Nível de Escolaridade				Sit.
			Início	Fim	Médio		Superior		
					AT	EF	AT	EF	
33.90.37.02	15/2006	SERVE CLEANING SERVIÇOS PROFISSIONAIS (CNPJ 51.438.752/0001-70)	03/04/2006	31/12/2007	26	-	-	-	Encerrado
33.90.37.01	06/2005	BRASÍLIA SOLUÇÕES INTELIGENTE (CNPJ 72.609.829/0001-05)	18/07/2005	30/06/2010	5	-	-	-	Em andamento
33.90.37.03	01/2008	SECURITY VIGILANCIA E SEGURANCA (CNPJ 00.332.087/0001-02)	08/01/2008	31/12/2010	8	-	-	-	Em andamento
33.90.37.01	21/2006	BK CONSULTORIA E SERVICOS LTDA (CNPJ 03.022.122/0001-77)	29/06/2006	31/12/2009	7	-	-	-	Encerrado
33.90.37.02	02/2008	GRAMAPLAN COMERCIO E SERVICOS LTDA (CNPJ 49.727.241/0001-26)	07/01/2009	31/12/2010	26	-	-	-	Em andamento

Observação:

5. Pagamento de Restos a Pagar - Exercício de 2009

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2008	2.412.212,57	263.169,73	1.428.876,00	1.503.260,57
2007	986.070,44	6.048,04	20.082,58	-
...				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
2008	2.982.646,23	263.169,73	2.179.476,50	1.503.260,57
2007	3.013.584,11	34.980,48	951.089,96	-
...				
Observações:				

- Transferências (não houveram)

Quadro de Detalhamento de Transferências									
Concedente(s)									
UG / CNPJ		Texto							
...		...							
Tipo	Identificação	Conveniente	Valor Pactuado	Contrapartida Pactuada	Repasse total até o exercício	Repasse no exercício	Vigência		Sit.
							Início	Fim	

11. Deliberações dos Órgãos de Controle – não houveram

a) Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno

1. Número de relatório	
2. Descrição da Recomendação	
3. Setor responsável pela implementação	
4. Providências adotadas (ou justificativas)	

para o caso de não cumprimento)	
--	--

b) Relatório de cumprimento das deliberações do TCU

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Descrição da Deliberação:					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Síntese da providência adotada ou a justificativa para o seu não cumprimento:					
Síntese dos resultados obtidos					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					

12. Informação quanto ao efetivo encaminhamento ao órgão de controle interno dos dados e informações relativos aos atos de admissão e desligamento, bem como aos atos de concessão de aposentadoria, reforma e pensão, exigíveis no exercício a que se refere o Relatório de Gestão, nos termos do art. 7º da IN/TCU nº 55/2007.

a) Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício
(Não se aplica à regional, os registros são efetuados pelo DPRF)

ATOS	QUANTIDADE	REGISTROS NO SISAC Quantidade
Admissão	-	-
Desligamento	-	-
Aposentadoria	-	-
Pensão	-	-

13. Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos, bem como sobre convênios, contratos de repasse e termos de parceria firmados estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria - SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008.

14. Outras informações consideradas, pelos responsáveis, relevantes para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão.

Informações Contábeis da Gestão

1. Declaração do contador responsável



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
SECRETARIA EXECUTIVA
DIRETORIA DE PROGRAMA
COORDENAÇÃO-GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO COM RESSALVA			
Denominação completa (UJ):	Código da UG:		
6ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL/SP	200117		
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante às restrições contábeis registradas no SIAFI.</p> <p>Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none">• A verificação da adequação dos demonstrativos teve como base a legislação e as práticas contábeis adotadas pelo Governo Federal;• O acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade do Ministério da Justiça, via SIAFI; e• A análise dos documentos de suporte foi realizada pela Unidade Gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI. <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília-DF	Data	04 de março de 2010
Contador Responsável	José Carlos Gomes	CRC nº	DF 9.261/O-7

José Carlos Gomes
CCONT/DR/PROG/SEMAJ
Coordenador